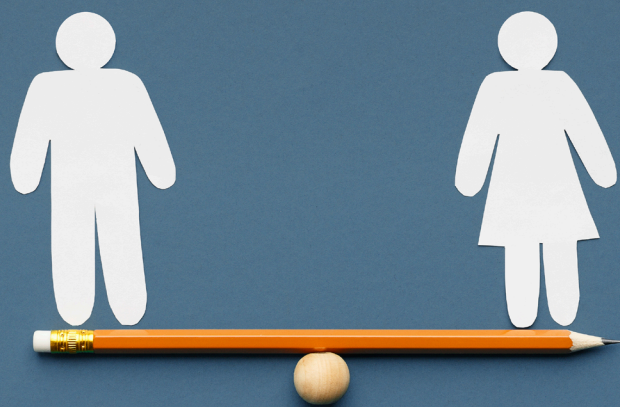


INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2021

INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Inovação e gênero: em busca de um mundo inclusivo

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I58 Inovação e gênero: em busca de um mundo inclusivo /
Organizadora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti. -
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-261-3
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.613211607>

1. Gênero sexual. 2. Inclusão social. I. Cavalcanti,
Vanessa Ribeiro Simon (Organizadora). II. Título.
CDD 613.96

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Produzir e difundir conhecimentos: Lentes de gênero e olhares multifacetados

Uma das muitas tarefas de mais simples execução é continuar a reunir exemplos empíricos de como a análise de gênero transformou a teoria e a prática em subcampos específicos da ciência. (SCHIEBINGER, 2001, p. 17).

Nos diversos campos de atuação – político, social, econômico e jurídico – a questão de gênero tem sido tratada e traz contribuições nas vivências e nas experiências de organizações governamentais e não-governamentais, destacadas nas agendas acadêmicas e na elaboração de políticas públicas, bem como em atividades cotidianas e de modos de produzir a vida.

Muito se registra no âmbito dos estudos de gênero, invocando e realizando mudanças metodológicas e epistemológicas significativas. Exigem rigor, apoio comunitário e social, transformações nas mentalidades e criação de espaços de fomentos. Por conseguinte, exigem concomitantemente maior destaque à inovação e à criatividade, seja de equipes ou pesquisadoras/es individualizados. Portanto, não só produzir, mas circular, difundir e educar amplamente.

O eixo temático escolhido para essa coletânea aproveita contribuições e análises interseccionais tanto para o campo da inovação social e organizacional quanto das tecnologias a partir do uso de lentes de gênero para promover relações mais igualitárias e ações inovadoras. Novas direções e novas dimensões são incorporadas no desenvolvimento técnico-acadêmico, impactando em linguagens, metodologias e estudos concretos.

Com capítulos que perfazem interdisciplinaridade e diversidade geográfica de uma país continental, “Inovação e Gênero” assinala níveis de estudos sobre participação das mulheres e de pessoas LGBTQIA+ nas ciências, em suas expressões mais variadas. Matizando e disponibilizando dados empíricos e interpretações, vertentes metodológicas múltiplas, além de elencar a relevância de estabelecer indicadores sobre relações de gênero são encontradas nos textos autorais.

Londa Schiebinger (2020) assinala que desenvolvimento e inovação podem significar impactos sociais e econômicos. Deste modo, as inovações com perspectivas de gênero, podem agregar valor à pesquisa e às ciências, garantindo fatores de excelência (Schiebinger, 2008). Ademais, de qualidade nos resultados e aprimoramento rumo à sustentabilidade, podem impactar nas dinâmicas sociais, tornando processos educativos e de promoção de igualdade de maneira a atender também às necessidades sociais.

Como exemplos de pesquisas mais recentes, essa obra traz descrições e análises sobre criação de sistema de acesso à justiça, uso de plataformas digitais promovendo candidaturas e elaboração de projetos de impactos sociais, mapeamento de contribuições dentro das Ciências Sociais e Humanas no que se refere à divisão sexual do trabalho

e possíveis impactos em categorias relações como família, organizações econômicas e produção local; condições de vida e trabalho no combate às desigualdades, valorizando associações comunitárias e experiências empreendedoras, leituras ensaísticas sobre corpos, sexualidades e liberdades.

Inovações técnico-científicas, em pleno século XXI, já ganham nomeações envolvendo mulheres e gênero. São pequenos passos, relevantes na visibilidade, nas esferas científicas e tecnológicas, mas também apontam decisões políticas e de agendas educativas que promovem e incentivem maior participação (não só a política de presença e representatividade), mas de acessibilidade integral.

Boa leitura e que possamos promover maiores impactos tecnológicos e sociais,

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

REFERÊNCIAS

SCHIEBINGER, L. & KLINGE, I. Gendered Innovations: How Inclusive Analysis Contributes to Research and Innovation. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2020.

SCHIEBINGER, L. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. Apresentação de Maria Margaret Lopes. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., jun. 2008, p.269-281. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/LZcRqYbsQR4cxYkgfCGyjyr/?lang=pt>

SCHIEBINGER, L. O feminismo mudou a ciência? Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

VIOLÊNCIAS SOBREPOSTAS NA PANDEMIA: O MACHISMO QUE MATA, AS AGENDAS E OS ENFRENTAMENTOS NO BRASIL

Márcia Regina Ribeiro Teixeira


Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116071>

CAPÍTULO 2..... 15

FEMINICÍDIO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A PANDEMIA DO COVID -19


Natalia Battini Simões Leite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116072>

CAPÍTULO 3..... 24

#MÃESNAPOLÍTICA: CANDIDATAS ÀS ELEIÇÕES DE 2018 NO BRASIL


Renata Garcia Senlle

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116073>

CAPÍTULO 4..... 36

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO A PARTIR DE LEITURAS CLÁSSICAS DO SÉCULO XIX

Bárbara Maria de Lana Luiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116074>

CAPÍTULO 5..... 45


RELATO DE EXPERIÊNCIA: DESIGUALDADE DE GÊNERO RELACIONADA AO TRABALHO

Isabela Ovídio Ramos

Saygra Batista Sousa

Bruna Alves Pelizon

Álvaro Augusto Trigo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116075>

CAPÍTULO 6..... 51

QUEM TRAZ NO CORPO ESSA MARCA POSSUI A ESTRANHA MANIA DE TER FÉ NA VIDA: RELATO DE MULHERES EMPREENDEDORAS DA CIDADE DE ITAPERUNA-RJ

Josélia Rita da Silva


Rafael Soares Salles





 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116076>

CAPÍTULO 7..... 62

ANÁLISE CONTEMPORÂNEA SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO A PARTIR DA DÉCADA DE 70

Bárbara Maria de Lana Luiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116077>

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 8..... | 71 |
| CORPOS, SEXO E GÊNERO EM FACE DO DUALISMO NATUREZA/CULTURA | |
| Mariana Fernandes Oliveira Varão | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116078 | |
| CAPÍTULO 9..... | 82 |
| DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DA POPULAÇÃO LGBT E SUA (IN)APLICABILIDADE AO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO | |
| Fernanda Xavier de Souza | |
| Marcia Schlemper Wernke | |
| Camila Stefanos Oselame | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116079 | |
| CAPÍTULO 10..... | 94 |
| HETERONORMATIZAÇÃO: A CLASSIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DOS INDIVÍDUOS NA SOCIEDADE | |
| Maria Paula Alves Faria | |
| Yanny Ferreira da Silveira | |
| Rodrigo Guilherme Tomaz | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.61321160710 | |
| CAPÍTULO 11..... | 103 |
| O LOCAL FRENTE AO GLOBAL DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS REGIONAIS PELAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPES) | |
| Rodrigo Parras | |
| Rodrigo Ribeiro de Paiva | |
| Elaine Cristina da Silva Zanesco | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.61321160711 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA..... | 120 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 121 |

ANÁLISE CONTEMPORÂNEA SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO A PARTIR DA DÉCADA DE 70

Data de aceite: 01/07/2021

Bárbara Maria de Lana Luiz

Universidade Federal de Minas Gerais
Fafich - Belo Horizonte Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/7011401239371254>

RESUMO: o tema proposto para esta pesquisa leva em conta duas questões relevantes para o estudo das desigualdades de gênero: uma refere-se à questão do papel ocupado pela mulher no mercado de trabalho; outro se refere ao papel exercido pela mulher e mãe na vida familiar. Ao considerarmos ambas as abordagens o tema tangencia a questão da instituição familiar como pilar da organização social e o mercado de trabalho, que se sustentam por medidas de conciliação. Trata-se, portanto, de evidenciar, dentro dos estudos de gênero, a importância do trabalho profissional e do trabalho doméstico exercidos pela mulher nestas esferas e da busca do entendimento sobre como se estabelece o laço das mulheres com a profissão e a maternidade, tendo em vista que a demonstração deste fenômeno, com tal relevância para os estudos de gênero, poderá acarretar maior produção do conhecimento acerca das disparidades dos trabalhos entre os sexos, considerando todas as peculiaridades inerentes à maternidade.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade, Conciliação, divisão sexual do trabalho.

CONTEMPORARY ANALYSIS ON THE SEXUAL DIVISION OF WORK FROM THE 70'S A SOCIOLOGICAL VIEWPOINT

ABSTRACT: The proposed theme of this research considers two relevant issues of gender inequalities: one refers to issues of women's role in the labor market; another refers to women's and mother's role in the family life. When considering both issues, the theme covers the matter of family institution as a pillar of social organization and the labor market, which are supported by conciliation measures. Therefore, it is about emphasize, within gender studies, the significance of professional and house work performed by women in these spheres and search for understanding about how their bond of profession and motherhood is settled considering that the manifestation of this phenomenon, with a such relevance for gender studies, may lead to a higher knowledge about the disparities in work between genders and all uniqueness inherent to motherhood.

KEYWORDS: Motherhood, Reconciliation, Gender division of labor.

1 | A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE – PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Com o desenvolvimento da sociedade industrial, a mão de obra feminina começou a ser utilizada como força de trabalho livre, no sentido depreciativo da execução de trabalhos precários e mal remunerados. E é neste contexto, ao final do século XVIII, que iniciam-se os primeiros debates acerca das desigualdades

entre homens e mulheres. A vista disso, em meio as relações estritamente capitalistas em que se revelavam as classes dos detentores dos meios de produção e dos vendedores da força de trabalho, inaugurou-se a problemática do papel da mulher na sociedade de classes e das desigualdades de gênero.

Para tanto, no contexto que agora se expõe, a partir da Revolução Industrial ganhando maior impulso na França no início da década de 70, com a força do movimento feminista, a divisão sexual do trabalho começou a ser problematizada na Etnologia, na Sociologia e na História sendo, neste sentido, conceitualizada por Helena Hirata e Danièle Kergoat, que retomam o conceito marxiano:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens às esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções de maior valor social (políticas, religiosos, militares etc). (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.599)

À esta definição, as autoras ainda acrescentam dois princípios que corroboram para maior compreensão do conceito, sendo: 1 – *o princípio da separação*, que afirma a existência de trabalhos diferenciados para homens e mulheres; 2 – *o princípio hierárquico*, em que o trabalho do homem tem mais “valor” que o da mulher. Ainda, segundo elas, esses princípios são válidos em todas as sociedades no tempo e no espaço sendo legitimados pela ideologia naturalista (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.599).

Acerca da ideologia naturalista, que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados os quais remetem ao destino natural da espécie (HIRATA, LABORIE, DOARÉ e SENOTIER, 2009, p. 68) mencionada por Hirata e Kergoat podemos relaciona-la à problematização dada por Maria Mies, em que o termo “natureza” é recorrentemente utilizado para representar a desigualdade social ou as relações de exploração como algo natural (MIES, 2016, p.840). Neste sentido, podemos compreender que a divisão sexual do trabalho tem seu cerne em um determinismo biológico em que as funções exercidas por mulheres e homens encontram justificativa em sua fisiologia natural semelhantemente a abordagem durkeimiana, ou seja, à mulher cabe as funções de reprodução relacionada à geração e cuidados com os filhos e o lar, enquanto ao homem cabe a função de produção de prover os meios de sobrevivência. À ideologia naturalista Kergoat manifesta:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho. (HIRATA, LABORIE, DOARÉ e SENOTIER, 2009, p. 67)

Assim, considerando a definição dada pelas autoras e a problematização acerca do determinismo biológico, Hirata e Kergoat consideram que apesar destes dois princípios encontrarem-se em todas as sociedades conhecidas, isso não significa que a divisão do trabalho seja um dado imutável (HIRATA e KERGOAT, 2007, p.600), sendo, portanto, necessário situar no tempo e no espaço da contemporaneidade as novas configurações da divisão sexual do trabalho. Esta definição, tida como dado mutável, deve ser considerada em suas peculiaridades de modo que seja imperativo sua abordagem sob as condições sociais nas diferentes épocas.

O que se apresenta nos novos arranjos da divisão sexual do trabalho na sociedade contemporânea está, contudo, instituída em conformidade com as diversas modificações ocorridas na sociedade no que se refere às relações de gênero, ao papel social exercido pelas mulheres e ao mercado de trabalho. De fato, pode ser percebido que a denominação dos papéis de produção e reprodução não são tão definidos como se percebia na sociedade moderna observada pelos autores do século XIX, isto é, com as transformações no cenário socioeconômico, com as revoluções culturais e a força do movimento feminista do século XX, novas configurações sociais foram surgindo, fragilizando a dicotomia entre a relação de produção e reprodução. A inserção da mulher no mercado de trabalho trouxe novos papéis exercidos pela mulher na família e no mercado de trabalho, à luz dessas transformações.

Outro aspecto que se deve considerar acerca das modificações ocorridas na divisão sexual do trabalho, está diretamente ligada ao grau de educação que as mulheres tem obtido ao longo dos anos. O contínuo aumento da escolaridade e qualificação das mulheres para o mercado de trabalho tem sido relevante para a percepção da atuação destas no que diz respeito à sua vida profissional. Este aspecto será abordado em tópico específico deste capítulo.

O que se percebe na sociedade contemporânea é que a mulher inserida no mercado de trabalho, seja pela escolaridade ou pela necessidade, também se configura no papel de produção, ou seja, esta também exerce juntamente ao homem o papel de provedor da família. No entanto, como percebido nas configurações da divisão sexual em épocas anteriores, à mulher ainda é esperado o papel da reprodução, ou seja, aos trabalhos domésticos e de cuidados com os filhos e parentes. Assim, a divisão sexual do trabalho é reconfigurada, mas sem mudanças significativas ou estruturais em sua essência. Este aspecto da nova divisão sexual do trabalho na contemporaneidade traz à tona questionamentos sobre o efetivo papel da mulher na sociedade e sobre a persistência das desigualdades na ocupação de homens e mulheres, uma vez que, em relação ao papel da mulher, percebe-se progressos e limitações na definição da divisão sexual do trabalho. Tratemos destes novos aspectos da divisão sexual do trabalho tendo em vista a peculiaridades contemporâneas.

1.1 Produção e reprodução: a dicotomia entre o trabalho remunerado e o não remunerado

Cabe analisar de acordo com as “novas definições da divisão sexual do trabalho” que a dicotomia entre a produção e a reprodução expressa nas relações entre os sexos na sociedade, está relacionada ao trabalho remunerado e o não remunerado, ou seja, o trabalho de produção que cabe ao homem e “tem mais valor” que o da mulher está relacionado ao trabalho remunerado, enquanto o trabalho da mulher que seria “um dote natural que as mulheres aportam ao casamento em troca do seu sustento” (SORJ, 2004, p.107), estaria relacionado ao trabalho não remunerado, ou seja, o trabalho doméstico não pode ser, sob esta perspectiva, considerado trabalho. Esta não consideração do trabalho doméstico como “trabalho”, silenciou e tornou invisíveis as mulheres e, por muito tempo, as relações assimétricas e de poder entre os sexos. Sendo as atividades domésticas consideradas na família como de reciprocidades parentais, as relações de opressão ficavam escondidas na cumplicidade familiar, reforçando e legitimando as definições clássicas dos papéis de homem produtor e mulher reprodutora.

Bruschini demonstra em seu artigo, *Trabalho Doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado?* (2006), que o tempo gasto na esfera produtiva pelo homem é sempre maior que o tempo gasto pela mulher, sendo, por sua vez, o tempo gasto pela mulher na esfera reprodutiva sempre maior que o do homem. Esta alocação de horas no trabalho remunerado e não remunerado é, portanto, reflexo da divisão do trabalho baseada nas relações entre os sexos.

Assim sendo, compreende-se as desigualdades entre homens e mulheres na esfera econômica pois, independentemente da posição da mulher na família, ela vem se dedicando mais aos cuidados domésticos que o homem, ou seja, a mulher dedica-se mais e por mais tempo que o homem ao trabalho não remunerado, enquanto o trabalho exercido pelo homem é socialmente mais valorizado e remunerado.

Neste sentido, compreende-se que a relação entre produção e reprodução se materializa na relação entre trabalho remunerado e não remunerado, expondo, dessa forma, que as desigualdades entre as ocupações de homens e mulheres na esfera econômica, também se materializam nesta definição, pois a alocação de horas em determinada atividade, do tipo de trabalho remunerado, significa abrir mão do uso do tempo em outras tarefas, como o cuidado doméstico e com os filhos, por exemplo. E o que se percebe é que cabe às mulheres abrir mão do tempo gasto no trabalho remunerado para dedicar-se ao trabalho não remunerado, uma vez que as desigualdades no exercício do trabalho doméstico persistem, sendo este “naturalmente” inerente à mulher. Assim, como exposto por Hirata, “(...) a divisão sexual do trabalho parece estar submetida a uma lentidão que conduz mais ao deslocamento das fronteiras entre o masculino e o feminino que a supressão da própria divisão sexual do trabalho (1995, p.45)”.

Para Hirata (2015), a divisão sexual do trabalho pode ser percebida de quatro formas: 1 – a forma tradicional, em que as mulheres são cuidadoras e os homens provedores; 2 – a forma de conciliação, em que as mulheres conciliam a vida profissional com a vida familiar; 3 – a forma de parceria, em que homens e mulheres dividem as tarefas domésticas e cuidados com a família; 4 – a forma de delegação em que as mulheres encarregam outras mulheres do trabalho doméstico e dos cuidados.

Com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho percebe-se, portanto, que o modelo tradicional vai cedendo espaço notadamente para o modelo de conciliação, exercida primordialmente pelas mulheres, uma vez que esta é a maneira encontrada por elas para o exercício do trabalho profissional e o trabalho da vida familiar. Embora ainda se verifique que o exercício da conciliação não altera a essência, em que se define as desigualdades da divisão sexual do trabalho tradicionalmente estabelecida, ou seja, ao torna-se cuidadora e provedora juntamente ao homem e, não se verificar a mesma dedicação masculina nos trabalhos domésticos, a desigualdade na divisão sexual do trabalho permanece e se reflete pela dupla jornada exercida pelas mulheres e a sobrecarga a elas imposta.

O modelo de conciliação adotado pela maioria das mulheres, principalmente as pobres e de classe média, geram consequências impostas pela sociedade, uma vez que é questionada a qualidade do exercício laboral das mulheres, já que “a constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho” (Bruschini, 1998, p.29), vendo-se estas, obrigadas a “optar” mais por família e menos pelo trabalho remunerado. E, neste sentido, verifica-se que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho não equilibra as funções atribuídas aos sexos pois, ao contrário, reforça as diferenças vividas por homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, à medida que as mulheres atuam em equidade com os homens na provisão financeira da família e, também, isoladamente, exercerem as atribuições referente à esfera reprodutiva.

1.2 O perfil das mulheres inseridas nas “novas configurações da divisão sexual do trabalho”: fatores socioculturais que reconfiguram a definição do conceito

Considerando que na modernidade até início da década de 70, as mulheres se enquadravam mais estritamente na esfera privada, dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados com os filhos, como bem exposto na definição de divisão sexual da época, o que se tem na contemporaneidade pode ser percebido pela ocupação da mulher no espaço da produção e da reprodução. Assim, segundo Cristina Bruschini:

O perfil das trabalhadoras mostra que hoje elas são mais velhas, casadas e mães – o que revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família - mas ao mesmo tempo, ainda permanecem responsáveis pelas atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos – o que indica a continuidade de modelos familiares tradicionais e uma

sobrecarga para as novas trabalhadoras, sobretudo para as mães de filhos pequenos. (BRUSCHINI, RICOLDI E MERCADO 2008, p 15).

Um dos aspectos que deve ser considerados ao abordarmos a inserção da mulher no mercado de trabalho e que corrobora na reconfiguração da divisão sexual do trabalho no contexto contemporâneo, diz respeito à escolaridade feminina. Segundo Bruschini, Ricoldi e Mercado (2008), a expansão da escolaridade, na qual as mulheres tem cada vez mais acesso, é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Bruschini observa que:

As mulheres mais instruídas apresentam taxas mais elevadas de atividade, não só porque o mercado de trabalho é mais receptivo ao trabalhador mais qualificado, como ocorre com os homens, mas também porque podem ter atividades mais gratificantes e bem remuneradas, que compensam os gastos com a infraestrutura doméstica para suprir sua saída do lar. (BRUSCHINI, 1998, p.37)

Para as autoras “a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizam o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho (BRUSCHINI, RICOLDI E MERCADO, 2008, P.17)”. Margaret Maruani também salienta que:

Os anos que assistiram ao impulso da feminização da população ativa foram os mesmos que conheceram o avanço da escolaridade feminina. Nem é preciso dizer que não se trata de uma coincidência temporal, mas de acontecimentos sociais fortemente correlacionados. Quanto mais as mulheres são instruídas, mais elas são ativas. O fato se verifica por toda parte. (MARUANI, 2008, p.41)

Além disso, Bruschni, Ricoldi e Mercado também apontam outros aspectos demográficos, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o aumento do trabalho feminino no Brasil: a) a queda na taxa de fecundidade consequentemente; b) a redução no tamanho dos arranjos familiares; c) o envelhecimento da população feminina e d) os arranjos familiares chefiados por mulheres (p.17).

As novas atribuições das mulheres na sociedade contemporânea apontam para uma nova identidade social feminina que gradualmente tem se voltado para o trabalho remunerado, refletindo que a divisão sexual do trabalho toma, sob alguns aspectos, novas configurações. E, ainda conforme observam os autores, estas mulheres que agora também ocupam o mercado de trabalho, “que, até o final dos anos 1970, eram em sua maioria jovens, solteiras e sem filhos, passaram a ser mais velhas, casadas e mães” (BRUSCHINI, RICOLDI e MERCADO, 2008, p. 18).

A divisão sexual do trabalho no Brasil é marcada pela grande e constante inserção da mulher no mercado de trabalho desde a década de 70. Dados disponíveis para as décadas de 80 confirmam que persiste o aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

Vários fatores contribuíram para inserção destas no mercado: a necessidade econômica, que se intensificou com a deteriorização dos salários reais dos trabalhadores e

que as obrigou a buscar uma complementação para a renda familiar, a elevação, nos anos 70, da expectativa de consumo, face a grande proliferação de novos produtos e a grande promoção que deles se fez, a expansão da economia, crescente urbanização, a aceleração da industrialização. (BRUSCHINI, 1994, p.180) representaram um crescimento econômico que facilitou a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, inclusive as mulheres.

Segundo (BRUSCHINI, 1994) o ingresso das mulheres no mercado de trabalho faz parte de uma das estratégias das famílias brasileiras “que mobilizam mais membros do grupo na busca de rendimentos complementares aos do chefe”. No entanto, apesar da constante inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil a divisão sexual do trabalho no país também é marcada pelo exercício das mulheres na esfera reprodutiva, ou seja, a divisão sexual do trabalho no Brasil se caracteriza especialmente pelo modelo de conciliação em que as mulheres, que se caracterizam como casadas e mães, articulam a vida profissional às atividades domésticas.

1.3 A maternidade e a questão da conciliação de tarefas

Dado que a divisão sexual do trabalho se apresenta no Brasil representada pelo exercício da mulher tanto na esfera produtiva, a partir da inserção no mercado de trabalho, como na esfera reprodutiva, uma vez que cabe ainda a elas maior dedicação no âmbito doméstico e que a crescente inserção produtiva das mulheres foi marcada pela presença de mulheres casadas e com filhos pequenos (BRUSCHINI, 2007): Cabe ressaltar que:

(..) é a presença de filhos que mais interfere na participação feminina no mercado de trabalho. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família e a insuficiência de equipamentos coletivos como as creches que limitam a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil. (BRUSCHINI, 1994, p. 186).]

A presença de filhos, especialmente os pequenos, muitas vezes implica na modificação do comportamento das mulheres diante da maternidade e do mercado de trabalho, pois fragiliza a posição laboral da mulher fazendo com que estas: 1) retirem-se do mercado de trabalho em prol dos cuidados com os filhos, 2) optem por trabalhos em jornada parcial 3) adiem a maternidade em detrimento da vida profissional 3) optem por não ter filhos em prol da carreira profissional.

Contudo, o que se percebe é que a presença de filhos não resulta necessariamente na retirada das mulheres do mercado de trabalho, pois seja pela pressão econômica ou pela qualificação destas para o mercado de trabalho, as mulheres recorrem a diferentes meios de conciliação para a execução das tarefas com os filhos e o trabalho. Por isso:

Ajudar as mulheres a permanecer no mercado de trabalho é crucial para sua independência (...). Pois, o nascimento de um filho pode obrigá-la a interromper sua atividade profissional, a trabalhar em tempo parcial ou a mudar de emprego ou setor de atividade, e essas diferentes mudanças são acompanhadas de perdas de rendimentos e de menores perspectivas de carreira. (MEULDERS, HENAU, MARON D'ORCHAY, 2008, p.161).

Neste sentido a conciliação entre profissão e maternidade, passa a ser percebida como um fenômeno social relevante que se apresenta por um lado como grande avanço na profissionalização e ocupação das mulheres no mercado de trabalho, de outro a permanência de características da divisão sexual do trabalho que se visualiza na imposição do trabalho dos cuidados a elas. Como descrito por Jacqueline Laufer ao definir o modelo de conciliação de tarefas:

“... ele visa articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional. É uma condição necessária da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, em particular no âmbito profissional [...]. Uma eventual recomposição e uma nova divisão de papéis se realizariam, assim, não mais em detrimento das mulheres, mas em benefício comum de homens e mulheres”. (Laufer apud HIRATA E KERGOAT, 2007, p.604).

Este modelo possibilitou às mulheres maiores oportunidades para a “esfera pública”, especialmente no que se refere às tarefas de cuidado com os filhos e, embora não modifique as desigualdades estabelecidas pelas configurações do modelo tradicional em que cabe à mulher a esfera doméstica e ao homem o papel de provedor. Por isso muitas mulheres são compelidas a exercerem ambas as tarefas e: a) recorrer a escolas e creches; b) contar com a ajuda de familiares para o cuidado dos filhos quando se está no local de trabalho; c) optar por trabalhos que permitam a flexibilização de horários. Conforme crítica trazida por Hirata e Kergoat (op. cit., 2007), os homens se mantêm externos a tais preocupações e conflitos que envolvem a externalização do cuidado de pessoas e a flexibilização do trabalho em função da condição familiar.

Outro aspecto que deve ser mencionado acerca da conciliação da profissão e da família das mulheres refere-se à ação pública que se manifesta através dos direitos consagrados na legislação trabalhista. O direito mais relevante expresso nesta legislação se refere à licença maternidade que garante à mãe o afastamento de cento e vinte dias sem perda de rendimento, estabilidade no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto e direito à creche até seis meses de idade da criança. (SORJ, 2013). Contudo, as ações públicas voltadas para a conciliação entre maternidade e mercado de trabalho é falha no sentido que só beneficia as trabalhadoras formais em um contexto em que uma parcela significativa das mulheres se encontra no setor informal, muitas vezes devido às próprias demandas da maternidade. Além disso, tais ações não consideram a dependência das crianças por um período mais longo, sendo que o tempo que as mulheres serão beneficiadas não é suficiente para suprir as necessidade dos filhos e a atividade profissional.

As creches e escolas infantis, recurso utilizados por mulheres como meio de conciliação, quando oferecidas no setor público, não abrangem toda a demanda de mães que delas necessitam e não atendem em termos de qualidade dos serviços oferecidos às crianças. As instituições privadas tem o custo elevado, fazendo com que as mulheres

“pesem” entre o salário que ganham em seu trabalho e os custos da delegação da guarda das crianças fazendo com elas desistam do trabalho ou optem por outro em jornada parcial.

Neste sentido é preciso considerar que as condições tanto públicas como privadas são de uma forma geral precárias ou inacessíveis, apenas minimizam as desigualdades da divisão sexual do trabalho no entanto não as extinguem e refletem uma sobrecarga para as mulheres que exercem a dupla jornada.

REFERÊNCIAS

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado ? Revista Brasileira de Estudos de População, v.24,2006. Número especial.

_____. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, v.37, n. 132, p.537-572, set/dez.2007.

_____. Trabalho das Mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, 1998.

_____. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro, 1994.

BRUSHINI, Cristina; **HIRATA**, Helena. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. 1 ed. , Rio de Janeiro, 2008.

_____. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. 1 ed. , Rio de Janeiro, 2008.

BRUSCHINI, Cristina; **RICOLDI**, Arlene; **MERCADO**, Cristiano. Trabalho e Gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: **COSTA**, Albertina; **SORJ**, Bila; **BRUSCHINI**, Cristina; **HIRATA**, Helena. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. 1 ed. , Rio de Janeiro, 2008.

_____. Trabalho e Gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: **COSTA**, Albertina; **SORJ**, Bila; **BRUSHINI**, Cristina; **HIRATA**, Helena. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. 1 ed. , Rio de Janeiro, 2008.

(MIES, 2016, p.840)

MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. Direito&Praxis, v.7,n 15, p.838-873. Rio de Janeiro, 2016.

MEULDERS, Danièle; **HENAU**, Jérôme; **MARON**, Leila; **D'ORCHAY**, Sile. Trabalho e maternidade na Europa. Condições de trabalho e políticas públicas. In: **COSTA**, Albertina; **SORJ**, Bila; **BRUSHINI**, Cristina; **HIRATA**, Helena. Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. 1 ed. , Rio de Janeiro, 2008.

Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. 1 ed. , Rio de Janeiro, 2008. **SORJ**, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v.43,n.149, mai/agost. 2013.

SOBRE A ORGANIZADORA

VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI - Historiadora e professora universitária. Pós-doutorado em Direitos Humanos e Tempo Presente pela Universidade de Salamanca, Espanha (CAPES e CNPq). Doutorado em Humanidades - Universidade de León, Espanha. Na área acadêmica, é professora e pesquisadora sênior da Universidade Católica do Salvador no Doutorado e Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Fundadora e integrante do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq). Investigadora associada do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto (Portugal), onde foi professora visitante (CAPES, 2019/2020). Membro da Associação Portuguesa de Sociologia, Associação Nacional de História (Brasil) e da Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD/ Universidade do Algarve, Portugal). CV: <http://lattes.cnpq.br/6538283866214716>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5689-8206>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Androcentrismo 45

Ativismo digital 24, 26

B

Brasil 1, 4, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 34, 45, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 67, 68, 70, 79, 82, 84, 85, 86, 89, 93, 99, 111, 115, 116, 117, 118, 120

C

Candidaturas 26, 27, 28, 30

Ciberfeminismo 24, 26

Cidadania 1, 3, 89, 92, 94, 100, 120

Comportamento 11, 52, 54, 57, 59, 68, 109

Conciliação 41, 49, 62, 66, 68, 69

Constituição cidadã/Constituição Federal 16, 21, 47, 48, 94

Corpos 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79

Covid-19 2, 3, 15, 17, 20, 22, 23, 56

Crianças 2, 5, 18, 21, 38, 69, 70, 90, 96, 100

Cultura 4, 13, 25, 26, 49, 60, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 96

D

Dignidade 4, 5, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Direitos humanos 1, 5, 6, 12, 13, 20, 21, 22, 23, 84, 85, 88, 90, 93, 120

Diversidade 2, 3, 7, 14, 74, 83, 92, 94, 102

Divisão sexual do trabalho 36, 37, 38, 40, 41, 44, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

E

Economia 4, 44, 52, 53, 68, 95, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 118, 119

Eleições 24, 25, 29, 30, 31, 33, 34

Empreendedoras 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59

Equidade/Igualdade 5, 6, 43, 47, 48, 49, 66, 69, 84, 91, 94, 105, 110

Exportações 110, 111, 112

F

Família 4, 5, 8, 16, 20, 21, 22, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 47, 55, 64, 65, 66, 68, 69, 75, 93, 98

Feminicídio 1, 14

Feminismos 1, 14

Filhos 8, 13, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 98

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 44, 45, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 59, 62, 63, 64, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 94, 95, 97, 101, 120

Globalização 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 117

H

Heteronormatividade 73, 78, 94

Histórias/Relatos de vida 52, 55, 57, 59, 80, 102

I

Identidades 2, 24, 26, 71, 72, 76, 77, 88

Inovação/Sistema de inovação 34, 54, 103, 104, 108, 109

Internet 14, 24, 26, 34

Interseccionalidade/Interseccional 2

L

Lei Maria da Penha 4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 22, 23

LGBTQIA+ / LGBT+ / LGBT / LLGBTQIA+ 2, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 94

Liberdade sexual 94

M

Maternidade/Maternidades 24, 25, 26, 27, 31, 33, 34, 37, 45, 47, 49, 62, 68, 69, 70, 71, 76, 96, 98

Mulher/Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 86, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 120

N

Negócios 52, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 107, 116

Netnografia 24, 25, 26, 28, 35

P

Partidos políticos 26

Política 6, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 51, 77, 90, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 115, 118

Políticas públicas 1, 3, 4, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 21, 22, 49, 53, 70, 82, 83

Q

Queer 71, 72, 73, 74, 79, 80, 83

R

Redes sociais 24, 25, 27, 28, 30, 31, 34, 56

S

Salários/Remuneração 45, 47, 49, 67, 107

Sexualidade 74, 76, 79, 80, 83, 85, 95, 96

Sistema de justiça 2, 3, 8, 11, 13

Sistema prisional 82, 83, 86, 92

Subjetividades 71, 72, 75

T

Tecnologia 25, 60, 96, 108

Trabalho 3, 17, 26, 30, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 79, 82, 89, 95, 96, 113, 117

Trabalho doméstico 37, 62, 65, 66, 70

V

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 80, 84, 93, 101





Violências sobrepostas 1, 2, 6, 13, 14

INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo



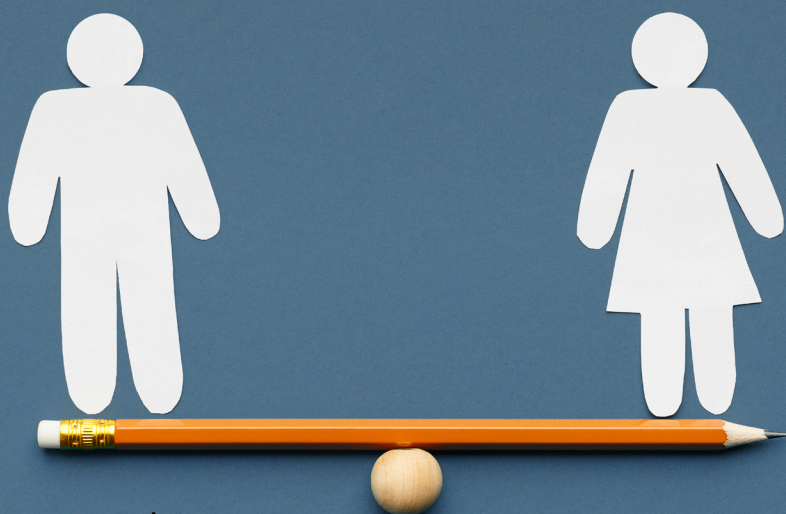
-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Atena
Editora
Ano 2021

INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

**Atena**
Editora
Ano 2021